

POSSIBILIDADE DE LEGITIMAÇÃO DO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS? ANÁLISE DAS OPINIÕES DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ – PARANÁ¹

POSSIBILITY OF TRADE IN ORGANS LEGITIMATION? ANALYSIS OF POPULATION'S OPINION FROM THE CITY OF MARINGÁ - PARANÁ

Artigo recebido em 04/02/2017

Revisado em 05/03/2017

Aceito para publicação em 09/04/2017

Larissa Yukie Couto Munekata

Mestre em Ciências Jurídicas, com concentração na área de Direitos da Personalidade, pela UniCesumar – Centro Universitário de Maringá-PR (2017). Advogada, com OAB/PR nº 70.158. Graduada em Direito pela UniCesumar – Centro Universitário de Maringá – PR (2013). Pós-graduada em Ciências Penais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2015).

Gustavo Noronha de Ávila

Doutorado (2012) em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestrado (2006). Atualmente, é Professor do Mestrado em Ciência Jurídica do Centro Universitário de Maringá. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e Também é Professor de Criminologia e Direito Penal na Universidade Estadual de Maringá. Atua como Professor da Especialização em Ciências Penais da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Criminologia, Psicologia do Testemunho, Processo Penal e Direito Penal. Realiza investigações sobre as relações entre falsas memórias e privações de liberdade, bem como tem se ocupado da análise da expansão dos controles contemporâneos.

RESUMO: O comércio de órgãos é um assunto penoso a ser tratado, posto causar desconforto aos estudiosos e à sociedade em si. Diante disso, motivou-se a pesquisa nesse assunto através da realização de um levantamento de campo para verificar a opinião da população de Maringá – Paraná, pela possibilidade de encontrar a melhor resposta à problemática. Para tanto, realizaram-se 450 entrevistas, dividindo-as em três grupos: profissionais da área da Saúde, Direito e Comunidade Geral. A tratativa era relacionada à situação de dificuldade econômica, com a proposta de venda de órgão. O objetivo é verificar se há uma tendência à aceitação de criação de um comércio de órgãos na cidade pesquisada.

¹ O presente artigo provém de uma pesquisa já finalizada no ano de 2016, perante a UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá, na cidade de Maringá, Brasil. Na graduação os autores iniciaram pesquisas em Biodireito e bioética, perdurando no Mestrado. O artigo possui como escopo mostrar as opiniões da população de Maringá – Paraná sobre a possibilidade de haver uma tendência em vender os órgãos, diante de situações contextualizadas.

Sendo a escassez o maior problema relacionado aos transplantes, será que a legitimação do comércio de órgãos seria a solução?

PALAVRAS-CHAVE: Comércio de órgãos. Levantamento de campo. Entrevista. Análise de conteúdo. Dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT: The trade in organs is a difficult subject to be treated, since it causes discomfort to scholars and society itself. Confronted with this, the research was motivated by a field survey to verify the population's opinion of Maringá - Paraná, by the possibility to find the best answer to the problem. For this purpose, 450 interviews were conducted, dividing them into three groups: General Community, Health and Law professionals. The treatment was related to the situation of economic difficulty, with the proposal of trade in organs. The objective is to verify if there is a tendency to the acceptance of creation of organ commerce in the searched city. Since scarcity is the biggest problem related to transplants, would be the legitimization of trade in organs the solution?

KEYWORDS: Trade in organs. Field survey. Interview. Content analysis. Human dignity.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Metodologia. 1.1 Situação 1. 1.2 Situação 2. 1.3 Situação 3. 2 Descrição. 2.1 Discussão. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O comércio de órgãos, tecidos e partes do corpo, muitas vezes considerado um tabu, não tem sido muito discutido no meio acadêmico, muito menos objeto de pesquisa de campo dos estudiosos da área do Direito. A lucratividade desta atividade tem gerado controvérsias pelos altos valores dos órgãos individualmente considerados, motivada pela escassez envolvida na fila de espera por um transplante. Além de ser considerada ilegal no Brasil, sua compra e venda motivou a criação de vários documentos normativos, tais como o Decreto nº 5.017/2004², Decreto nº 5.948/2006³ e Decreto nº 6.347/2008⁴. Ainda, foi inserido no Código Penal brasileiro um delito específico de tráfico de pessoas, através do Art. 149-A⁵.

² Este decreto é um instrumento que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

³ O mencionado decreto aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

O presente artigo possui como escopo verificar a opinião da população de Maringá – Paraná⁶ no tocante à tendência na legitimação de comércio de órgãos nesta cidade, bem como as justificativas utilizadas para tal. O motivo da escolha desta região é pelo fato da autora estar concluindo o Mestrado em instituição de ensino neste município, com orientação do também autor do presente artigo. Para tanto, realizaram-se 450 (quatrocentos e cinquenta) entrevistas com três grupos específicos: profissionais da área da Saúde, Direito e Comunidade Geral, comparando suas visões e particularidades. Ainda, há a análise de uma possível associação ou não do comércio com as variáveis grupo, presença de filhos, religião, idade e renda.

As justificativas apresentadas pelos grupos foram variadas, como, por exemplo: altruístico, teológico, utilitarista, liberal, urgência, proibição, dignidade, paternalista, vulnerabilidade, entre outros. Haverá, portanto, a identificação dessas de forma individual e dos grupos, de modo a verificar o critério mais presente e o esperado entre as respostas, tanto favorável como desfavoravelmente.

Para facilitar a conclusão da investigação utilizou-se como metodologia o questionário, subdividindo-o em análise de conteúdo para a pesquisa qualitativa e análise estatística na pesquisa quantitativa. Os questionamentos visam proporcionar um desconforto ético nos entrevistados, de modo a contextualizá-los em situações envolvendo vulneráveis, para que assim demonstrem suas opiniões e posicionamentos.

⁴ Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.

⁵ Art. 149-A, CP: Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; V - exploração sexual. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º - A pena é aumentada de um terço até a metade se: I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. § 2º - A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

⁶ A cidade de Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947, localizada no noroeste do estado do Paraná - Brasil, com uma população estimada até o ano de 2016 de 403.063 habitantes. Até 2015 sua área territorial somava 487.052 km². Em 2014 constava-se o PIB per capita de R\$ 36.336,74 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos). Sua região macroeconômica abarca 25 municípios ao todo, destacando-se como atividade econômica a agricultura (arroz, feijão, soja, milho, algodão, trigo, cana de açúcar, café, alho e mandioca), indústrias (de confecção, móveis, alimentos, metalurgia e agroindústria) além do comércio atacadista e varejista. PREFEITURA DE MARINGÁ. *Nossa Cidade* (online). Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>>. Acesso em: 1 mar. 2017. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Maringá (online). Maringá, 2017. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6C8>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

1 METODOLOGIA

É imprescindível a pesquisa no presente artigo pela busca de respostas a vários questionamentos que a doutrina e dogmática não é capaz de fazer por si só. É uma prática que infelizmente não é costumeira na área do Direito, porém extremamente importante para a formação acadêmica, entender a realidade social, articular a teoria com a prática e retirar o mito de se limitar apenas à doutrina, normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e sala de aula. A busca da evolução do Direito é impossível sem a parte empírica, para que assim surjam discussões adequadas e verificar o real problema do assunto na realidade de determinado local.

Ainda, a pesquisa é capaz de enriquecer o conhecimento científico, a fim de compreender profundas crises. Essa nada mais é do que a falha na aplicação de determinada teoria, portanto necessário a pesquisa para maior possibilidade de enfrentamento pelos sujeitos sem prejuízos. Maria Cecília Minayo afirma que a teoria é muito importante para interpretação da realidade: “[...] Ela é um conhecimento, mas não deve ser uma camisa de força. Ela é feita de um conjunto de proposições. [...] é um discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e análise dos mesmos⁷”. Dadas as devidas explicações da importância da pesquisa, parte-se para a metodologia aplicada na pesquisa de campo em questão.

A metodologia adotada foi a de questionário, subdividindo-o em análise de conteúdo (pesquisa qualitativa⁸) e análise estatística (pesquisa quantitativa). A coleta de dados e sua manipulação foi realizada exclusivamente pelos autores, através da entrevista. Os dados foram analisados e transformados em banco de dados com o auxílio de estatísticos para a compilação das informações, de modo a evitar margens de possíveis erros.

A entrevista de acordo com Maria Cecília Minayo (et. al)⁹ possui um sentido amplo (é uma comunicação verbal) e restrito (recolher informações sobre o tema), devendo o

⁷ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 18.

⁸ “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 21.

⁹ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 64-69.

entrevistador registrar de forma fiel e anônimo o que foi dito pelo entrevistado (a menos que haja risco a este). A organização da entrevista foi de acordo com a sondagem de opinião, ou seja, investigar o pensamento da população através de questionário estruturado¹⁰.

O instrumento utilizado foi um questionário com questões quantitativas e qualitativas, expondo primeiramente 7 (sete) perguntas pessoais apenas para caracterização da população entrevistada (identidade de gênero, renda individual, profissão, religião, idade, a quantidade de filhos e o grau de escolaridade), e após 3 (três) questionamentos (objetivos e subjetivos) relacionados ao tema do presente artigo.

Com relação aos dados qualitativos (as justificativas das perguntas 1 a 3), foram transformados em quantitativos através da categorização¹¹ de acordo com o tema, se a posição foi favorável ou desfavorável à proposta e obedecendo as qualidades de¹²: a) Exclusão mútua (elementos não inclusos em mais de uma categoria, apenas em uma); b) Homogeneidade (os elementos devem ser baseados em um único princípios); c) Pertinência (a categoria deve ser referente ao tema); d) Objetividade e fidelidade (a codificação deve ser da mesma forma do início ao fim, de forma clara); e) Produtividade (os resultados devem ser produtivos à pesquisa).

A análise de conteúdo¹³ é uma técnica de análise das comunicações, desvendando as mensagens e transformando-as em informações claras para uma investigação social, objetivando o enriquecimento da leitura e a busca da certeza. Ou seja, trata-se da decodificação dos dados, em quaisquer formas que forem apresentados, para uma análise aprofundada sobre determinado assunto, pesquisando hipóteses e comparando vários grupos ao mesmo tempo.

Isso é muito proveitoso para uma pesquisa qualitativa, favorecendo a análise de várias informações. “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades *através* das mensagens¹⁴”. Sendo assim, através das entrevistas, será realizada uma análise das opiniões das populações, na tentativa de desvendar a real intenção das respostas. Utilizou-se a técnica da análise

¹⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 64.

¹¹ “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 117.

¹² BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 119-121.

¹³ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 29 e ss.

¹⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 44.

categorial, verificando a frequência dos elementos necessários à classificação das categorias adotadas, de forma a quantificá-las e facilitar o entendimento do leitor. Ou seja, os dados qualitativos foram organizados através de preceitos, de modo que os posicionamentos positivos ou negativos dos entrevistados fossem comparados quantitativamente.

A pesquisa foi organizada em 3 (três) fases, baseando-se em Laurence Bardin: a) Pré-análise (organização das ideias iniciais para que haja o desenvolvimento da pesquisa através da fundamentação teórica do presente artigo, escolha do questionário relacionado ao tema, formulação da hipótese e objetivos, passagem pelo Comitê de Ética da instituição e sua aprovação); b) Exploração do material (verificação e organização de todas as respostas dos questionários aplicados, e sua organização com base nos grupos); c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação (análise estatística do resultado bruto do questionário, e sua organização em tabelas).

Maria Cecília Minayo (et. al) afirma que a pesquisa qualitativa possui três etapas, as quais foram também cumpridas neste trabalho¹⁵: a) Fase exploratória: construção do projeto de pesquisa; b) Trabalho de campo; c) Análise e tratamento do material empírico e documental: interpretação dos dados juntamente com a teoria. Ressalta-se a importância do trabalho de campo:

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação das hipóteses e de construção de teoria¹⁶.

Sendo assim, a observação e constatação dos dados são importantes para o pesquisador verificar respostas aos problemas que o Direito Penal soluciona apenas com a reclusão. O objetivo geral da pesquisa de campo é a investigação da opinião da sociedade de Maringá – Paraná sobre a possibilidade de venda de órgãos, tecidos e partes do corpo. Os objetivos específicos são: a) Pesquisar a opinião da comunidade, profissionais da área da Saúde e do Direito da cidade de Maringá - Paraná, para a realização de uma conexão da teoria com a realidade através de dados concretos; b) Realizar uma comparação entre as opiniões de cada área pesquisada; c) Transformar os dados qualitativos em quantitativos através da identificação e classificação das opiniões através de critérios normativos.

¹⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 26-27.

¹⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 21.

Foi realizado um estudo de corte transversal, pois foi produzido em um momento determinado, com população e objeto específicos. Procedeu-se o levantamento através de questionamento estruturado, tendo em vista ser conduzido por um roteiro de perguntas subjetivas e objetivas. A amostra dos dados foi organizada por conveniência (tendo em vista o pouco tempo para tal). A entrevista foi organizada em três grupos, com o montante calculado pelos estatísticos, quantidade essa suficiente para abranger a opinião da população da cidade pesquisada:

Tabela 1: Divisão dos grupos e entrevistados da pesquisa

GRUPOS DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Área da Saúde	20
Área do Direito	20
Membros da sociedade	410
TOTAL	450

Fonte: elaboração dos autores.

A pesquisa de campo foi realizada de forma presencial (nas ruas, dentro da Unicesumar) e virtual (através do Formulário do *Google*), deixando evidente aos entrevistados que os dados pessoais são confidenciais. Será revelado somente as respostas, sem nenhuma ligação com qualquer entrevistado. Ambas as modalidades tiveram a forma voluntária e espontânea, sem coação em momento algum. Constatou-se que 273 respostas foram obtidas de forma virtual e 177 presenciais, sendo discriminadas da seguinte forma: a) 235 virtuais e 175 presenciais da comunidade; b) 18 virtuais e 2 presenciais do Direito; c) 20 virtuais da área da Saúde.

A proposta foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição Unicesumar – Centro Universitário de Maringá, sendo apreciado e aprovado pelo Parecer nº 1.593.411, com registro na Plataforma Brasil CAAE nº 56882216.8.0000.5539. A data de aceitação pelo Comitê de Ética foi em 16 de junho de 2016. Todos os custos relacionados à sua execução correram por conta dos autores. Para dar continuidade ao andamento da pesquisa já iniciada pelo Dr. Gustavo Noronha de Ávila¹⁷, sob a orientação do professor Gabriel José Chittó Gauer, utilizar-se-á integralmente do mesmo questionário¹⁸ aplicado em

¹⁷ Os resultados da pesquisa foram publicados, podendo ser conferido em: AVILA, Gustavo Noronha; MUNEKATA, Larissa Yukie Couto. Podemos Vender Nuestros Órganos? Análisis de Las Opiniones de una Población del Sur de Brasil. *Revista Electrónica (Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales "Ambrosio L. Gioja")*, v. 17, p. 91-112, 2016.

¹⁸ ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Da esperança aos dilemas: doação e comércio de órgãos humanos*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 132-134.

sua dissertação junto à PUC/RS, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa dessa instituição, sob o registro CEP 06/03368, tendo em vista posteriormente ter intenção de se comparar os dados.

A única diferença foi a adição das informações do entrevistado possuir filhos, a religião adotada e a atualização dos valores nas situações. A inserção dessas informações motivou-se pela averiguação da possibilidade de mudanças nas respostas, ou seja, se a religião e ter ou não filhos mudariam a forma de pensar dos pesquisados. Já a atualização de salário foi essencial para melhor contextualização da realidade atual.

A forma como foram expostas as questões subjetivas é importante para contextualizar o entrevistado em uma situação específica ligado ao comércio de órgãos, verificando seu real pensamento ao se “colocar no lugar do outro”. Se fosse o contrário, com apenas questões objetivas (por exemplo: é favor do comércio de órgãos ou não?), sem dúvida não haveria um estudo do verdadeiro pensamento da população, provavelmente com a grande maioria das respostas negativas para o questionamento no modelo acima.

Foi elucidado que a qualquer instante o entrevistado poderia desistir da participação, não havendo retaliação ou desavenças por parte da entrevistadora. Os entrevistados que não completaram todo o questionário, não foram computados dentre os 450, mas sim como desistentes. A data de início do questionário presencial foi 09 de julho de 2016, e do questionário online em 02 de agosto de 2016. Salienta-se que as datas foram diversas pelo fato de encontrar a melhor ferramenta para a pesquisa, e ajustá-la de modo esclarecedora à população. A aplicação do formulário foi encerrada em 06 de outubro de 2016 por ter atingido a quantidade necessária de entrevistados.

Enfatizou-se a inexistência de risco a qualquer participante, tendo em vista a manutenção do anonimato. A abordagem inicial foi a apresentação dos entrevistadores, introduzindo o entrevistado acerca da importância da pesquisa para a comunidade científica, para a conclusão da dissertação da autora e a possível contribuição à sociedade. A maioria optou que os autores realizassem o registro das respostas, oferecendo a possibilidade de ser feita de próprio punho do pesquisado.

Houve a emissão do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), sendo que uma cópia ficou com o sujeito entrevistado e outra com a pesquisadora, baseado no modelo exigido pelo Conselho de Ética e Pesquisa da Unicesumar, explicando-se o conteúdo ao entrevistado. Não foi utilizado qualquer formato de gravação que identifique o entrevistado, para evitar constrangimento.

Os critérios de inclusão utilizados foram quem manifestou interesse na participação, que não se enquadravam nos critérios de exclusão, que concordou em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e que residissem na cidade de Maringá – Paraná. Com relação aos critérios de exclusão considerou-se quem não concordou na participação voluntária da pesquisa, que não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, caso tenha sido enquadrado em um critério cujo limite de respostas tenha sido atingido, e que não preenchiam os requisitos de inclusão.

Salienta-se que não foram computadas 128 respostas dos entrevistados: a) 61 da área do Direito, posto ultrapassarem o limite de 20 respostas; b) 18 da área da Saúde também devido à quantidade suficiente de respostas; c) 44 entrevistados por não residirem em Maringá - Paraná; d) 4 respostas do Formulário do *Google* pelo fato de serem menores; e) 1 por ter sido computado repetidamente no Formulário do *Google*. Ainda, em torno de 60 pessoas não concordaram em participar da pesquisa devido ao tema; 1 pessoa não quis assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e 1 pessoa era mentalmente incapaz.

Os locais utilizados para a pesquisa foram: a) As instalações da Unicesumar (Núcleo de Prática Jurídica da Unicesumar, restaurantes, lanchonetes, na Praça do Conhecimento); b Ruas de Maringá (Rua Joubert de Carvalho, Avenida Mauá e Avenida São Paulo). É importante esclarecer que 2 entrevistados que responderam ao questionário manifestaram o interesse em participar apenas pelo fato de ter sido aplicado a estes no Núcleo de Prática Jurídica da Unicesumar, posto terem receio de responder qualquer tipo de questionário na rua, por medo e também pela falta de confiança na entrevistadora.

Destaca-se que o salário mínimo adotado para a confecção do enunciado das questões subjetivas foi com base no DIEESE¹⁹ (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Este departamento analisa o salário mínimo nominal e o necessário, mostrando-se este mais condizente com a realidade social-econômica do cidadão brasileiro. A cada mês há uma correção, sendo que os autores adotaram a do mês de março, posto a pesquisa ter se iniciado neste período. Assim, o valor fixado do nominal foi de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) e necessário de R\$ R\$ 3.736,26 (três mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos).

O cenário político brasileiro no ano de 2016 foi conturbado diante da polêmica envolvida com o sucesso do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff,

¹⁹ DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

fundamentado em crime de responsabilidade, que iniciou em 2 de dezembro de 2015 e findou em 31 de agosto de 2016 (totalizando 273 dias de tramitação) (SENADO FEDERAL, 2016). Sendo assim, o vice-presidente Michel Temer foi empossado no cargo da presidência do Brasil em 31 de agosto de 2016 (PLANALTO, 2016), gerando controvérsias acerca do desrespeito ao processo eleitoral democrático.

Ademais, a situação econômica do Brasil não foi favorável, posto o enfrentamento da crise econômica ter resultado em alto índice de desemprego, aumento da inflação e fechamento de empresas. O PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2016 alcançou o valor de R\$ 1.580,2 bilhões, registrando um recuo de 4% comparado ao mesmo período de 2015²⁰. Muito embora esta seja a realidade atual, o Banco Central do Brasil afirmou que a inflação se mostrou favorável diante do esperado, posto a reversão da alta dos preços dos alimentos²¹.

Porém os efeitos são ainda mais profundos e a retomada da economia será mais demorada do que o estimado, pois houve: redução dos rendimentos reais e de créditos, alto endividamento das famílias, alta ociosidade dos fatores de produção, altas demissões (na construção civil, agropecuária, comércio, no setor de serviços e na indústria), aumento das taxas de juros para pessoas físicas e diminuição da mesma para pessoas jurídicas e alto nível de inadimplência²².

No mesmo período (terceiro trimestre de 2016) houve crescimento da economia na Área do Euro (pelo alto consumo) e dos Estados Unidos (devido a melhoria nas condições do mercado de trabalho, alto consumo das famílias, valorização do mercado de ações e imobiliário, contribuição do setor externo)²³. O valor do dólar em 1 de julho de 2016 chegou a R\$ 3,2292, porém no primeiro dia de março de 2017 reduziu a R\$ 3,0970²⁴. No primeiro dia do mês de julho de 2016 o Euro foi cotado em R\$ 3,5980, contudo em 01 de março de 2017

²⁰ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes – Julho/Setembro 2016* (online). Rio de Janeiro: IBGE, 2016, p. 4. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201603caderno.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2017.

²¹ BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação* (online). Volume 18, n. 4, p. 7. Brasília: BCB, dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2016/12/ri201612P.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

²² BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação* (online). Volume 18, n. 4, p. 13-15. Brasília: BCB, dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2016/12/ri201612P.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

²³ BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação* (online). Volume 18, n. 4, p. 9-10. Brasília: BCB, dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2016/12/ri201612P.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

²⁴ BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxas de Câmbio* (online). Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

alcançou o valor de R\$ 3,2714²⁵. Apresenta-se a seguir as questões contextualizadas propostas aos entrevistados no momento da pesquisa:

1.1 Situação 1

A”, mulher, solteira, 32 anos, desempregada há 5 anos, mãe de “B”, 4 anos, portador de doença respiratória rara, cujos medicamentos não são fornecidos pelo Estado e com os quais não pode arcar. Após visita ao posto de saúde mais próxima a sua casa, foi alertada pelo plantonista do agravamento do estado de saúde de seu filho, sendo que, se este ficasse sem o remédio por mais uma semana, poderia vir a falecer. Nesta mesma época, “C”, oferece à mãe quantia suficiente para suprir o medicamento do filho por 3 anos, porém desde que aquela aceitasse doar um de seus rins à pessoa desconhecida.

Estando você na situação de “A”, aceitaria a proposta formulada por “C”? Justifique, de forma sucinta, as razões de sua escolha.

() Sim.

() Não.

1.2 Situação 2

“A”, mulher, solteira, 32 anos, que recebe R\$ 880,00 mensais, mãe de “B”, 4 anos, portador de doença respiratória rara, cujos medicamentos não são fornecidos pelo Estado e com os quais não pode arcar. Após visita ao posto de saúde mais próxima a sua casa, foi alertada pelo plantonista do agravamento do estado de saúde de seu filho, sendo que, se este ficasse sem o remédio por mais uma semana, poderia vir a falecer. Nesta mesma época, “C”, oferece à mãe quantia suficiente para suprir o medicamento do filho por 3 anos, porém desde que aquela aceitasse doar um de seus rins à pessoa desconhecida.

Estando você na situação de “A”, aceitaria a proposta formulada por “C”? Justifique, de forma sucinta, as razões de sua escolha.

() Sim.

() Não.

²⁵ BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxas de Câmbio* (online). Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

1.3 Situação 3

“A”, mulher, solteira, 32 anos, que recebe R\$ 3.736,26 mensais, mãe de “B”, 4 anos, portador de doença respiratória rara, cujos medicamentos não são fornecidos pelo Estado e com os quais não pode arcar. Após visita ao posto de saúde mais próxima a sua casa, foi alertada pelo plantonista do agravamento do estado de saúde de seu filho, sendo que, se este ficasse sem o remédio por mais uma semana, poderia vir a falecer. Nesta mesma época, “C”, oferece à mãe quantia suficiente para suprir o medicamento do filho por 3 anos, porém desde que aquela aceitasse doar um de seus rins à pessoa desconhecida.

Estando você na situação de “A”, aceitaria a proposta formulada por “C”? Justifique, de forma sucinta, as razões de sua escolha.

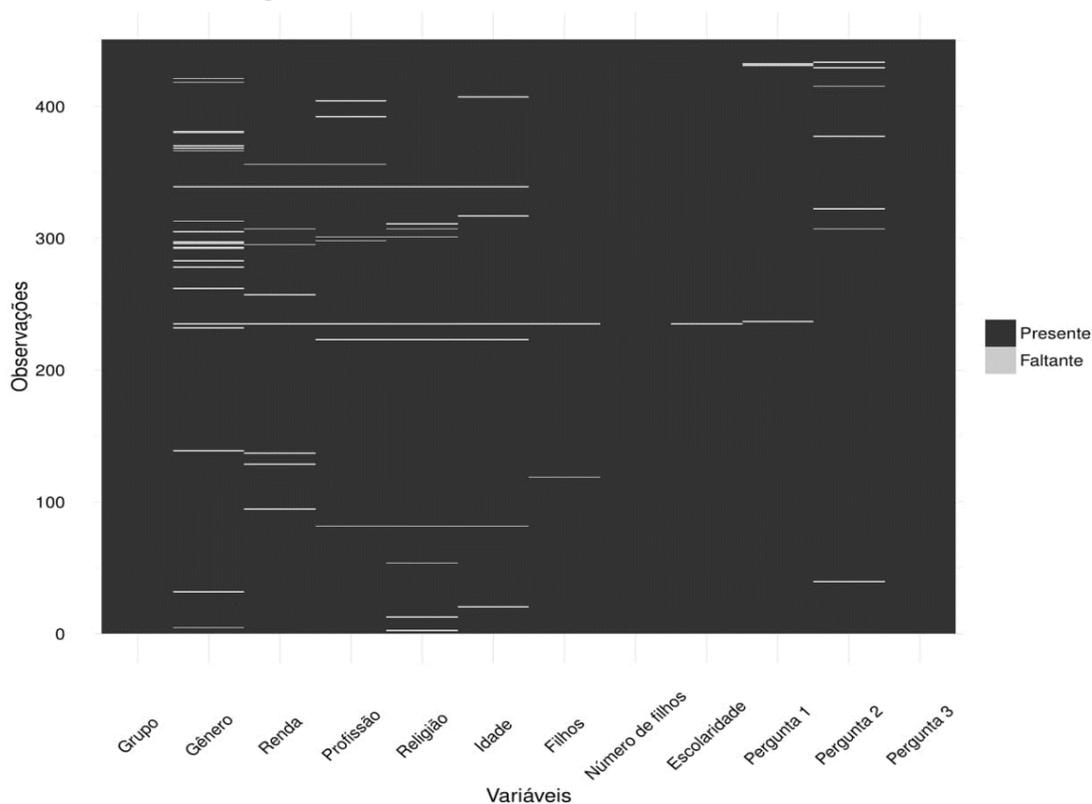
() Sim.

() Não.

2 DESCRIÇÃO

Inicialmente foi realizado uma análise exploratória dos dados com o objetivo de verificar o perfil dos entrevistados e evidenciar as características da amostra, com o auxílio do software R versão 3.3.0. É importante ressaltar que na confecção dos gráficos foi considerado apenas as observações e percentuais válidos para obter uma melhor caracterização da amostra.

A figura 1 abaixo apresenta os valores faltantes conforme as variáveis e o entrevistado. Percebe-se pelo gráfico a presença de observações faltantes na maior parte das variáveis investigadas pela pesquisadora. A variável com maior número de observações faltantes foi o gênero do entrevistado, na qual apresentou 22 valores faltantes, correspondendo a 4,89% das respostas, além disso, é importante notar a presença de 14 (3,11%) valores faltantes na resposta da questão 2.

Figura 1: Valores faltantes conforme as variáveis

Fonte: elaboração dos autores.

A Tabela 2 apresenta a distribuição de frequência válida do perfil dos entrevistados, conferindo-a abaixo.

Tabela 2: Perfil geral dos entrevistados

Variável	Frequência	Percentual	Percentual válido
Identidade de Gênero			
Masculino	161	35,78	37,62
Feminino	264	58,67	61,68
Homoafetivo	1	0,22	0,23
Incompreensível	2	0,44	0,47
Não identificado	22	4,89	
Idade			
18 a 24	125	27,78	28,22
25 a 29	87	19,33	19,64
30 a 34	82	18,22	18,52
35 a 39	51	11,33	11,51
40 a 44	30	6,67	6,77
45 a 49	17	3,78	3,84
50 a 59	36	3,78	8,13
≥ 60	15	3,33	3,39
Não identificado	7	1,56	
Grau de escolaridade			
Sem escolaridade	1	0,22	0,22
Ensino fundamental incompleto	29	6,44	6,46

Ensino fundamental completo	9	2,00	2,00
Ensino médio incompleto	25	5,56	5,57
Ensino médio completo	58	12,89	12,92
Ensino superior incompleto	123	27,33	27,39
Ensino superior completo	68	15,11	15,14
Pós graduação	135	30,00	30,07
Não sabe informar	1	0,22	0,22
Não informado	1	0,22	
Renda individual			
≤1/2	28	6,22	6,35
1/2 a 1	50	11,11	11,34
1 a 2	99	22,00	22,45
2 a 5	133	29,56	30,16
5 a 10	40	8,89	9,07
10 a 20	20	4,44	4,54
> 20	6	1,33	1,36
Sem rendimento	65	14,44	14,74
Não informado	9	2,00	

Fonte: elaboração dos autores.

Percebe-se que o gênero predominante da amostra é o feminino (61,68%), em comparação ao sexo masculino (37,62%). O critério de “incompreensível” foi criado pelo fato da pessoa não ter respondido de uma forma entendível à questão do gênero (por exemplo, uma pessoa respondeu “Casa” e outra “Maringá”). Já em relação a faixa etária o intervalo com maior frequência foi de 18 e 24 anos (28,22%), sendo assim uma amostra composta por pessoas jovens.

No que se diz a respeito ao grau de escolaridade, verifica-se que pós-graduação e ensino superior completo são as mais frequentes na amostra. Observa-se que apenas um indivíduo não possui escolaridade, pois foi considerada a resposta que o entrevistado forneceu no momento da pesquisa. Em relação à renda, a maior parte dos entrevistados possui de dois a cinco salários mínimos (30,16%). Apresentar-se-á a seguir a tabela referente aos entrevistados conforme os grupos.

Tabela 3: Perfil dos entrevistados conforme os grupos em número e (%)

Variável	Grupo		
	Saúde	Direito	Comunidade Geral
Identidade de Gênero			
Masculino	6 (31,58)	8 (42,11)	147 (37,69)
Feminino	13 (68,42)	11 (57,89)	240 (61,54)
Homoafetivo	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,26)
Incompreensível	0 (0,00)	0 (0,00)	2 (0,51)
Idade			
18 a 24	14 (70,00)	10 (52,64)	101 (25,00)
25 a 29	3 (15,00)	4 (21,05)	80 (19,80)

30 a 34	3 (15,00)	3 (15,79)	76 (18,81)
35 a 39	0 (0,00)	1 (5,26)	50 (12,38)
40 a 44	0 (0,00)	0 (0,00)	30 (7,43)
45 a 49	0 (0,00)	1 (5,26)	16 (3,96)
50 a 59	0 (0,00)	0 (0,00)	36 (8,91)
≥ 60	0 (0,00)	0 (0,00)	15 (3,71)
Grau de escolaridade			
Sem escolaridade	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,24)
Ensino fundamental incompleto	0 (0,00)	0 (0,00)	29 (7,09)
Ensino fundamental completo	0 (0,00)	0 (0,00)	9 (2,20)
Ensino médio incompleto	0 (0,00)	0 (0,00)	25 (6,11)
Ensino médio completo	1 (5,00)	1 (5,00)	56 (13,69)
Ensino superior incompleto	12 (60,00)	9 (45,00)	102 (24,94)
Ensino superior completo	3 (15,00)	3 (15,00)	62 (15,16)
Pós-graduação	4 (20,00)	7 (35,00)	124 (30,32)
Não sabe informar	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,25)
Renda individual			
≤1/2	1 (5,00)	1 (5,00)	26 (6,48)
1/2 a 1	1 (5,00)	2 (10,00)	47 (11,72)
1 a 2	1 (5,00)	4 (20,00)	94 (23,44)
2 a 5	8 (40,00)	4 (20,00)	121 (30,17)
5 a 10	2 (10,00)	2 (10,00)	36 (8,98)
10 a 20	0 (0,00)	1 (5,00)	19 (4,74)
> 20	1 (5,00)	1 (5,00)	4 (1,00)
Sem rendimento	6 (30,00)	5 (25,00)	54 (13,47)

Fonte: elaboração dos autores.

Quando questionado sobre a religião dos entrevistados, a maior parte dos entrevistados declararam possui algum tipo de religião, pois: o critério da religião católica correspondeu a 56,14% (247), o de outras religiosidades a 16,59% (73), a religião evangélica a 16,14% (71), sem religião a 9,54% (42) e espírita a 1,59%. (7) Não foram computados pelo estatístico as 10 respostas referentes ao critério de “Não sabe/não declarou”.

No tocante à frequência da religião conforme os grupos, nota-se que na área da Saúde 50% (10) responderam ser católicos, 11,1% (2) evangélicos, nenhum espírita, sem religião 16,7% (3) e outras religiosidades 22,2% (4). Já na área do Direito 40% (8) são adeptos à religião católica, 5% (1) evangélicos, 10% (2) espíritas, sem religião 5% (1) e outras religiosidades 40% (8). Por fim, a comunidade geral manifestou-se 57,2% (230) católicos, 16,9% (68) evangélicos, 1,2% (5) espíritas, sem religião 9,5% (38) e outras religiosidades 15,2% (61). Destaca-se que desse último grupo 8 pessoas não sabem ou não declararam a religião, deixando de ser computado pelo estatístico.

Com relação à profissão dos entrevistados verifica-se que a maior parte pertence à classe assalariada com 42,86% (189), enquanto que o profissional liberal é a segunda mais frequente na amostra com 32,65% (144). Em terceiro lugar nota-se ser os estudantes com

18,67% (84), em seguida as donas de casa com 4% (18) e por fim desempregados com 1,33% (6). Salienta-se que 9 pessoas deixaram de responder este questionamento.

No que se refere à frequência da profissão conforme os grupos, verificou-se que na área da Saúde 65% (13) foram estudantes e 35% (7) profissionais liberais. Em relação ao Direito, 20% (4) responderam ser assalariados, 60% (12) estudantes e 20% (4) profissionais liberais. Na comunidade geral manifestaram ser 46,1% (185) assalariados, desempregados 1,5% (6), donas de casa 4,5% (18), estudantes 14,7% (59), profissionais liberais 33,2% (133). Salienta-se que 9 pessoas da Comunidade não responderam, não sendo computadas pelo estatístico.

Acerca da presença de filhos, verificou-se que todos os indivíduos do grupo da Saúde não possuem filhos. Percebe-se um comportamento similar por parte dos entrevistados da área de Direito, visto que 85% (17) não possuem descendentes. Quanto a comunidade geral, o número de indivíduos que possuem filhos são aproximadamente a mesma frequência daqueles que não possuem: 51,71% (212) tem pelo menos um, enquanto 47,8% (196) não possuem nenhum descendente e 0,49% (2) não responderam essa indagação, ou seja, apenas esse grupo possui um comportamento diferente em relação a esse critério.

No que concerne à distribuição de frequência em cada uma das três questões subjetivas, relacionadas à proposta de “C” à “A”, constatou-se a predominância da resposta “Sim” para a questão 1 com 63,98% (286), contra 36,02% (161) para a resposta “Não”. Já em relação a questão 2, houve aproximadamente a mesma proporção de respostas, pois 52,14% (231) responderam “Sim” e 47,86% (212) “Não”. Por fim, para a questão 3 a maior frequência foi a resposta “Não” com 64,45% (281) e “Sim” representando 35,55% (155). Não responderam a primeira questão 3 pessoas, enquanto 7 tiveram o mesmo comportamento na questão 2 e por fim na questão 3 deixaram de responder 14 pessoas, não sendo contabilizados pelo estatístico.

Apresenta-se a distribuição de frequência da resposta das questões conforme os grupos da seguinte forma: os três grupos obtiveram aproximadamente o mesmo número de resposta “Sim” nas questões. A maior diferença foi no grupo do Direito, em que 54,24% responderam “Sim” enquanto que 45,76% afirmaram “Não”. A Comunidade geral conferiu 50,50% para o “Sim”, e 49,50% “Não”. Quanto ao grupo da Saúde, 50,85% responderam “Sim” contra 49,15% do “Não”.

Antes de realizar a análise da distribuição de frequência das justificativas apresentadas nas questões, é importante verificar que um mesmo entrevistado poderia fundamentar a sua resposta utilizando um ou mais critérios. Assim, de uma forma geral, o número total de

justificativas apresentadas foram de 1091, na qual a mais frequente foi a de “Dignidade” correspondendo a 16,68% (182) das respostas. Em segundo lugar ocupa “Outras Alternativas”, correspondendo a 13,57% (148). O “Altruístico” diz respeito à 13,20% (144), ficando em terceiro lugar.

A “Urgência em relação ao filho” vem logo após com 12,10% (132). O “Não justificou” foi relativamente alto, o equivalente a 11,27% (123). A “Vulnerabilidade (favorável)” representou 9,35% (102), enquanto a “Proibição” 5,59% (61). A Vulnerabilidade (desfavorável) verificou-se o total de 4,67% (51). O critério “Utilitarista” correspondeu a 4,31% (47). Já o “Outro (desfavorável)” em décimo lugar observou sua constatação em 3,21% (35). Logo depois o “Liberal”, somou-se 3,12% (34). O “Paternalista” foi constatado em 1,74% (19) das respostas. Em penúltimo lugar confere o critério “Teológico”, com 0,82% (9). O último lugar restou para o “Outro (favorável)”, com 0,37% (4). Observa-se também que apesar da maior parte dos entrevistados possuírem alguma religião, a justificativa teológica foi pouco empregada.

A Tabela 4 apresenta a distribuição de frequência das justificativas conforme os grupos, e percebe-se que na Comunidade geral a justificativa mais utilizada foi “Dignidade”. No que se refere ao grupo da Saúde, os critérios de “Urgência em relação ao filho” e “Não justificou” obtiveram maior frequência absoluta. O grupo do Direito apresentou duas justificativas com maior frequência: “urgência em relação ao filho” e “dignidade”.

É importante notar que nos três grupos um percentual considerável de indivíduos não justificou a resposta (14,29% na Saúde, 13,33% no Direito e 11,00% na Comunidade geral). Isso é preocupante, tendo em vista que o critério “Não Justificou” não apresenta argumento nenhum, ou então não era justificativa plausível e lógica ao assunto em questão. As justificativas: “Urgência em relação ao filho”, “Dignidade”, “Outras alternativas” foram bem empregadas nos três grupos e obtiveram frequências similares.

Tabela 4: Distribuição de frequência das justificativas conforme os grupos em número e (%)

Justificativa	Grupo		
	Saúde	Direito	Comunidade geral
Altruístico	3 (7,14)	5 (8,34)	136 (13,72)
Teológico	0 (0,00)	0 (0,00)	9 (0,91)
Utilitarista	1 (2,38)	1 (1,67)	47 (4,74)
Liberal	2 (4,76)	3 (5,00)	29 (2,93)
Urgência em relação ao filho	6 (14,29)	9 (15,00)	117 (11,81)
Proibição	4 (9,52)	5 (8,33)	52 (5,25)
Dignidade	5 (11,91)	9 (15,00)	168 (16,95)
Outras alternativas	5 (11,91)	8 (13,33)	135 (13,62)
Não justificou	6 (14,29)	8 (13,33)	109 (11,00)

Paternalista	1 (2,38)	2 (3,33)	16 (1,62)
Outro (favorável)	0 (0,00)	1 (1,67)	3 (0,30)
Outro (desfavorável)	2 (4,76)	2 (3,33)	31 (3,13)
Vulnerabilidade (favorável)	3 (7,14)	6 (10,00)	93 (9,38)
Vulnerabilidade (desfavorável)	4 (9,52)	1 (1,67)	46 (4,64)
Total	42 (100,00)	60 (100,00)	991 (100,00)

Fonte: elaboração dos autores.

As respostas favoráveis à proposta de C foram: altruístico, utilitarista, liberal, urgência em relação ao filho, outro (favorável), vulnerabilidade (favorável). As desfavoráveis são: teológico, proibição, dignidade, outras alternativas, paternalista, outro (desfavorável) e vulnerabilidade (desfavorável). O critério de “não justificou” não foi dividido entre favorável e desfavorável pelo fato das respostas não contribuírem com a pesquisa; como por exemplo: não saber ao certo, por ser uma escolha pessoal, não saber responder porque depende muito dos gastos da mãe, tudo depende, é uma questão difícil por envolver o filho.

Adentraram no critério “Altruístico” as respostas que relacionavam a ajuda ao próximo, mas também as que apresentavam um caráter sentimental pelo filho. O “Teológico” foi utilizado para as justificativas na vontade de Deus. Para o “Utilitarista” considerou-se a situação de ajuda mútua. Enquanto o “Liberal”, reputou-se aqueles que demonstraram ser favoráveis à liberdade de escolha e da possibilidade de viver com apenas um único rim. A “Urgência em relação ao filho” considerou-se as respostas que citavam o desespero e necessidade em salvar o filho.

Relacionado ao critério de “Proibição”, contemplam-se as opiniões que manifestaram relação com a ilegalidade, imoralidade, desonestidade e não ser uma conduta ética. Já a “Dignidade”, constou-se aquelas que mostraram preocupação com a saúde e dignidade de “A”, em não ser a solução ao problema, não se comprar uma vida e priorização da fila de espera. “Outras alternativas” relaciona-se à procura de outros meios que solucionassem o problema, tais como recorrer a terceiros, família, amigos, ONGs, Secretaria de Saúde, Ministério Público, prefeitura, judiciário, mídia, Bancos para empréstimo.

O critério “Paternalista” mostra-se favorável à responsabilidade e função do Estado e obrigatoriedade de disponibilidade de remédio pelo governo. A “Vulnerabilidade (favorável)” citou-se a o cenário de vulnerabilidade que se encontra “A” no sentido econômico, fragilidade emocional e por não existir outra alternativa diante da situação. Enquanto que “Vulnerabilidade (desfavorável)” apresenta a injustiça que se encontra “A” e que deve estar em condições saudáveis para cuidar de “B”.

Em “Outro (desfavorável)” incluiu-se a dúvida com relação à segurança do procedimento, o fato de “C” ser uma pessoa desconhecida, a possibilidade de realização de contraproposta à C sem prejudicar “A”, não ter a certeza de garantia de cumprimento da proposta, tentativa de importação do remédio, procurar saber se a informação apresentada pelo médico de risco de vida de “B” se verifica. Por fim, o “Outro (favorável)” considerou-se a justificativa de relevante valor moral.

A fim da verificação da associação entre as respostas das perguntas de interesse da pesquisadora e as características da amostra, foi realizado o teste não paramétrico Qui-Quadrado com um nível de $\alpha = 5\%$ de significância. O teste Qui-Quadrado é um teste com as seguintes hipóteses: a) H_0 : As frequências observadas e esperadas são iguais entre os grupos, portanto não há associação entre os mesmos; b) H_1 : As frequências observadas e esperadas não são iguais entre os grupos, portanto há associação os mesmos. A estatística do teste é dada pela seguinte equação, em que O_{ij} e E_{ij} denotam a frequência observada e esperada da i -ésima linha e da j -ésima coluna, respectivamente:
$$x^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

O valor x^2 (Qui-quadrado) refere-se ao valor da estatística. É o valor da fórmula acima apresentada, e a partir desse obtém-se o valor -p. Assim, o valor-p diz respeito às hipóteses do teste. Se o valor -p for inferior à 0,05, implica que não há associação entre os grupos. Passasse, neste momento, a apresentação dos entrevistados, em que se confere na tabela 5, relacionado à questão 1.

Tabela 5: Teste de associação x^2 para as respostas da questão 1 e as variáveis em estudo

Variável	Questão 1		x^2	Valor-p
	Sim	Não		
Grupo				
Saúde	11	9	0,7362	0,692
Direito	13	7		
Comunidade geral	262	145		
Presença de filhos				
Possui filhos	142	72	0,9557	0,328
Não possui	143	88		
Religião				
Católica	157	88	0,0394	0,998
Evangélica	44	26		
Sem religião	27	15		
Outras religiosidades	51	29		
Idade				
18 a 24	88	37	4,5657	0,713
25 a 29	52	33		
30 a 34	48	33		

35 a 39	31	20		
40 a 44	20	10		
45 a 49	9	8		
50 a 59	23	13		
≥ 60	10	5		
Renda individual				
≤1/2	20	8	3,5335	0,74
1/2 a 1	33	17		
1 a 2	65	32		
2 a 5	78	55		
5 a 10	25	15		
≥ 10	15	11		
Sem rendimento	43	21		
Número de filhos				
0	144	89	1,6249	0,804
1	64	31		
2	46	26		
3	22	9		
4 ou mais	10	6		

Fonte: elaboração dos autores.

No total, há predominância do “Sim” para a questão 1 com 63,98%, contra 36,02% para a resposta “Não”. No grupo do Direito 65% (13) mostrou-se favorável e 35% (7) desfavorável. Já na Saúde, 55% (11) optaram pelo “Sim” e 45% (9) pelo “Não. Enquanto que na Comunidade geral 63,90% (262) “Sim” e 35,37% (145) votaram pelo “Não” (é nítido que a soma das porcentagens não resulta em 100% pelo fato do restante não ter se posicionado em nenhuma dessas opções, não aparecendo na tabela pelo fato do valor $-p$ ter sido prejudicado). Abaixo encontra-se a tabela 6, com base na questão 2 apresentada aos entrevistados.

Tabela 6: Teste de associação χ^2 para as respostas da questão 2 e as variáveis em estudo

Variável	Questão 2		χ^2	Valor-p
	Sim	Não		
Grupo				
Saúde	11	9	0,3446	0,842
Direito	11	8		
Comunidade geral	209	195		
Presença de filhos				
Possui filhos	108	104	0,2999	0,624
Não possui	122	107		
Religião				
Católica	128	117	1,8428	0,606
Evangélica	32	39		
Sem religião	23	18		
Outras religiosidades	42	35		
Idade				
18 a 24	74	50	6,5048	0,482

25 a 29	41	44		
30 a 34	41	39		
35 a 39	20	30		
40 a 44	16	13		
45 a 49	9	8		
50 a 59	18	18		
≥ 60	8	7		
Renda individual				
≤1/2	15	13		
1/2 a 1	27	23		
1 a 2	46	51	1,8005	0,937
2 a 5	65	65		
5 a 10	21	18		
≥ 10	15	11		
Sem rendimento	36	29		
Número de filhos				
0	123	108		
1	50	44	0,8481	0,932
2	36	35		
3	14	17		
4 ou mais	8	8		

Fonte: elaboração dos autores.

Como já mencionado, em relação à questão 2 houve aproximadamente a mesma proporção de respostas de forma geral, sendo 52,14% favorável e 47,86% desfavorável. No Direito 55% (11) posicionou-se de forma favorável contra 50% (8) desfavorável. A Saúde já se mostrou 55% (11) favorável e 45% (9). Já a Comunidade, 50,98% se posicionou em “Sim” em face de 47,56% em “Não”.

Na Comunidade e no Direito verifica-se que ao somar as porcentagens não atinge 100% pelo fato do restante não ter se posicionado em nenhuma dessas opções, não sendo apresentado na tabela pelo fato do valor $-p$ ter sido prejudicado. Abaixo verifica-se a tabela 7 referindo-se à questão 3 do questionário apresentado aos entrevistados.

Tabela 7: Teste de associação χ^2 para as respostas da questão 3 e as variáveis em estudo

Variável	Questão 3		χ^2	Valor-p
	Sim	Não		
Grupo				
Saúde	8	11	0,5792	0,749
Direito	8	12		
Comunidade geral	139	258		
Presença de filhos				
Possui filhos	71	137	0,3176	0,573
Não possui	83	143		
Religião			2,3043	0,512

Católica	83	161		
Evangélica	20	47		
Sem religião	17	24		
Outras religiosidades	30	46		
Idade				
18 a 24	56	65		
25 a 29	21	62		
30 a 34	24	55		
35 a 39	15	35	12,7919	0,0773
40 a 44	12	17		
45 a 49	6	11		
50 a 59	12	24		
≥ 60	7	8		
Renda individual				
≤1/2	12	15		
1/2 a 1	17	29		
1 a 2	29	67	5,7308	0,454
2 a 5	40	90		
5 a 10	14	26		
≥ 10	10	16		
Sem rendimento	28	35		
Número de filhos				
0	84	144		
1	32	61	1,2928	0,863
2	25	44		
3	8	22		
4 ou mais	6	10		

Fonte: elaboração dos autores.

De uma forma geral, na questão 3 houve maior frequência da resposta “Não” com 64,45% e “Sim” o equivalente a 35,55%. A porcentagem no grupo do Direito favorável à proposta indicada foi de 40% (8), e desfavorável 60% (12). Na Saúde, 40% (8) também se apresentou favorável, contra 55% (11) desfavorável (não perfazendo o total de 100% pelo fato de alguns entrevistados não terem optado entre essas 2 opções, e não presente na tabela pelo valor Qui-Quadrado ter sido prejudicado). Já a Comunidade Geral posicionou-se favoravelmente 33,90% (139), e desfavorável 66,10% (258).

2.1 Discussão

É necessário recapitular que esta análise foi feita em apenas uma cidade do interior do Paraná com apenas 450 pessoas. Outras pesquisas deverão ser feitas a fim de complementar a investigação. Passa-se, então, para a análise propriamente dita dos dados coletados e da discussão dos resultados.

As vítimas de comércio de órgãos são as que se encontram em estado de vulnerabilidade, ou seja, os mais propícios a aceitarem participar do comércio de órgãos. Segundo Nancy Scheper-Hughes, os doadores mais frequentes são:

Pobres, soldados ausentes do serviço sem permissão, refugiados políticos e econômicos, desempregados, endividados, pequenos empresários falidos, políticos fracassados, empregados domésticos que se solidarizam com o patrão, prostitutas envelhecidas e sem recursos, pessoas já envolvidas em outras atividades ilegais²⁶.

Sendo assim, as situações criadas pelo professor Dr. Gustavo Noronha de Ávila (e modificadas no tocante ao salário para se adequar à realidade do ano de 2016) são cabíveis por envolver uma mulher, solteira, desempregada (na primeira situação), que ganha um salário mínimo (na segunda situação) ou que recebe R\$ 3.736,26 (na terceira situação), diante de uma situação de dificuldade de pagamento de remédio para seu filho.

A grande questão gira em torno da seguinte indagação: houve ou não uma tendência à aceitação da proposta de “C”? Deve-se retomar a interpretação que claramente demonstrou que na primeira situação 63,98% responderam “Sim” e 36,02% optaram pelo “Não”. Na situação 2 os que responderam positivamente totalizou 52,14% contra 47,86% negativamente. Na situação 3, 64,45% escolheram o “Não”, e 35,55% o “Sim”. Assim, através dessa análise estatística, percebe-se que houve uma predominância pelo “Sim” nas duas primeiras situações, constatando que haveria uma tendência à aceitação.

O que merece um pouco mais de ressalva seria o terceiro caso. O salário de R\$ 3.736,26, segundo o DIEESE, seria na verdade ao salário mínimo nominal correspondente a 1 salário mínimo de R\$ 880,00 na época em que fora realizada a pesquisa. Ou seja, por mais que R\$ 880,00 fosse o salário mínimo, se fosse considerar o mínimo que deveria um trabalhador auferir para condizer com a realidade brasileira seria de R\$ 3.736,26. No momento da entrevista os autores não informaram estes dados, para evitar a influência nas respostas dos entrevistados. A análise das justificativas será feita posteriormente.

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam o resultado do teste de associação χ^2 de Pearson para cada uma das questões. Verifica-se a similaridade do resultado do teste entre as três perguntas. A maior parte das variáveis em estudo não apresentam significância estatística ao nível de 5%, dessa forma, conclui-se que as variáveis grupo, presença de filhos, religião, idade, renda e número de filhos não estão associadas com a resposta de cada uma das

²⁶ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Íntegra da entrevista com a antropóloga Nancy Scheper-Hughes: o esquema de Israel*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT642472-1655,00.html>>. Acesso em 17 jul. 2016.

questões. Com objetivo de obter os pressupostos para a realização do teste Qui-Quadrado, a religião “Espírita” foi agrupada no nível “Outras religiosidades”. Foi necessário realizar o mesmo procedimento com as variáveis renda e número de filhos.

Em outras palavras, ao analisar o resultado da primeira situação, constata-se que não é porque 11 pessoas (correspondente a 55%) do grupo da Saúde se manifestaram afirmativamente (conforme a Tabela 5) é que necessariamente essa proporção da mesma área na cidade de Maringá – Paraná responderia igualmente. Ainda, mesmo que 13 pessoas (correspondente a 65%) do grupo do Direito tenham respondido “Sim”, não obrigatoriamente o mesmo tanto em Maringá afirmará o mesmo. Muito embora 262 entrevistados (63,90%) da Comunidade Geral tenham se posicionado favorável na mesma situação, não significa que a mesma proporção maringaense vá pensar da mesma forma. O motivo disso é justamente pela coluna correspondente ao valor-p ter resultado em 0,692 (muito mais do que 5%). Porém, foi esse o resultado encontrado, conforme se observa na tabela.

O mesmo fato ocorreu na Tabela 6, condizente com a segunda situação. 11 integrantes dos grupos Saúde e Direito (55%) responderam “Sim” à proposta, em contraposição aos 209 entrevistados (50,98%) favoráveis da Comunidade geral. Coincidentemente os dois primeiros grupos tiveram a mesma posição. Porém, como o valor-p foi de 0,842, as respostas que surgiram na pesquisa não é uma regra aplicada à população de Maringá.

Por fim, na Tabela 7 que trata da terceira situação, 8 integrantes dos grupos da Saúde e do Direito (40%) foram favoráveis à proposta de “C”, enquanto que na Comunidade geral 139 pesquisados (33,90%) optaram pelo “Sim”. Da mesma forma que as tabelas 5 e 6, nesse caso também houve um valor-p extremamente superior a 5%, tendo alcançado 0,749. Não seria, também, uma regra especificamente nesses grupos da população maringaense, a opção das respostas demonstradas.

Passa-se, a partir de então, para a análise dos critérios das justificativas conforme os grupos. De uma forma geral (de acordo com a Figura 11), o mais indicado foi o da “Dignidade”, somando 16,68% das respostas. Já na área do Direito (vide Tabela 4), seria o da “Dignidade” (15%) e a “Urgência em relação ao filho” (15%). A maioria na Comunidade geral optou pela “Dignidade” (16,95%). Enquanto na Saúde caracterizou a “Urgência em relação ao filho” (14,29%) e inesperadamente o “Não justificou” (14,29%) com a mesma proporção.

O que torna mais preocupante é o fato do “Não justificou” ser o 5º mais presente de acordo com a Figura 11. No Direito é o segundo (13,33%), juntamente com “Outras alternativas”; e o quinto na Comunidade geral (11%). Não é um motivo que contribua para a

pesquisa, por isso a preocupação da pesquisadora. Esperava-se que fosse o menos frequente de todos os grupos e de uma forma geral.

A “Urgência em relação ao filho” no geral foi o 4º critério que mais apareceu (12,10%) – vide Figura 11. Em contrapartida no Direito verifica-se na 1ª posição (15%), juntamente com a “Dignidade”. Na Comunidade geral ocupou o 4º lugar (11,81%). Na Saúde foi o primeiro critério (14,29%) e, conforme já mencionado, também na mesma posição que o “Não justificou”.

A “Proibição”, pela Figura 11, ficou em sétimo lugar (5,59%). No grupo do Direito foi o 5º mais citado (8,33%). É o sétimo mais frequente na Comunidade Geral (5,25%). A Saúde escolheu como o 3º mais indicado (9,52%), na mesma posição que a “Vulnerabilidade (desfavorável)”.

O “Altruísta” no geral foi o 3º critério mais indicado (13,20%), muito embora seja favorável à proposta de “C”. No Direito ficou em 4º (8,34%), em 2º da Comunidade Geral (13,72%), e em 4º lugar na Saúde (7,14%) em companhia da “Vulnerabilidade (favorável)”. Dessa forma, constata-se maior incidência na comunidade.

“Vulnerabilidade favorável” foi o 6º critério no geral mais indicado (9,35%). No Direito, foi a 3ª justificativa que mais apareceu nas respostas (10%). Na Comunidade geral foi o 6º (9,38%). Na Saúde em 4º lugar (7,14%), na mesma posição que o Altruístico. Constatase, maior presença no Direito. É preocupante que o Direito e a Saúde decidam por essa opção, por concordarem que um vulnerável participe deste comércio; demonstrando que ao mesmo tempo o critério salarial fosse determinante na escolha da justificativa.

A “Vulnerabilidade desfavorável” foi o 8º critério mais indicado no geral (4,67%). Da mesma forma no Direito (1,67%), porém ao mesmo tempo que o “Utilitarista” e o “Outro (favorável)”. Na Comunidade é o 9º com maior incidência (4,64%) e na Saúde em 3ª posição (9,52%) junto com a Proibição. Assim, a Saúde obteve mais frequência do que nos demais grupos, demonstrando maior preocupação que os demais grupos. Portanto não foi um critério determinante nas escolhas dos entrevistados, ao contrário do esperado. Ou seja, a situação de vulnerabilidade de “A” foi indiferente, com exceção da Saúde.

O “Paternalismo” foi o 12º (1,74%) mais frequente no geral e na Comunidade (1,62%). No Direito ficou em 7º (3,33%), da mesma forma que o “Outro (desfavorável)”. Por fim na Saúde encontra-se em 6º (2,38%) junto com o Utilitarista. Logo, é notório que o paternalismo não é determinante nas escolhas, corroborando com o que se defendeu no artigo: não ser suficiente para refutar a liberação do comércio de órgãos.

O “Teológico” foi o 13º (0,82%) mais indicado como justificativa de uma forma geral, da mesma forma que a Comunidade geral (0,91%). Não foi indicado por ninguém do Direito e da Saúde. Esses dados são curiosos, pois dos 450 entrevistados apenas 42 (9,54%) responderam não possuírem nenhuma religião, no Direito 5%, na Comunidade geral 9,5% e 16,7% na Saúde. Isto é, a maior parte dos entrevistados responderam possuírem alguma religião, muito embora não tenham utilizado como justificativa nas questões subjetivas.

O “Utilitarista” ocupa a 9ª (4,31%) justificativa mais utilizada no geral. No Direito ocupa a 8ª posição (1,67%), junto com “Outro (favorável)” e “Vulnerabilidade (desfavorável)”. A Comunidade geral também optou como 8ª mais frequente (4,74%). Na Saúde é a 6ª (2,38%), e também o “Paternalista”. Esses dados resultam favoráveis (nem tanto no grupo da Saúde), posto o utilitarismo não ser a melhor resposta ao comércio de órgãos.

Trata-se, a partir de agora, dos critérios favoráveis à proposta de “C” mais indicados. No geral é o “Altruístico” (13,20%). No Direito é a “Urgência em relação ao filho” (15,00%). Na Comunidade geral também o Altruístico (13,72%). Na Saúde ocupa a “Urgência em relação ao filho” (14,29%).

A “Dignidade” foi a preferência das escolhas como desfavorável à proposta de “C” especificamente em todos os grupos: no Direito (15%), na Comunidade geral (16,95%), e na Saúde (11,91%). Houve, portanto, maior incidência na Comunidade Geral. Pelo menos na área do Direito e da Saúde, a “Dignidade” era o critério com mais expectativa a ser citado, tendo em vista ser o fundamento de todo e qualquer ordenamento jurídico brasileiro e o segundo estar todo o tempo em contato com a vida humana. Inesperadamente foi também o mais estabelecido na Comunidade Geral, verificando ser extremamente positivo.

A dignidade da pessoa humana é o fundamento máximo, basilar de qualquer direito fundamental, presente inclusive no Art. 1º, III, da Constituição Federal. Portanto, mostra-se positivo a alta presença dessa justificativa em todos os grupos, pois é essencial que haja sua correta compreensão e aplicação. Importante destacar a definição de dignidade da pessoa humana:

Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência

e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida²⁷.

A dignidade da pessoa humana deve ser entendida com base na ética da alteridade, pois é necessário que haja esse sentimento de “se colocar no lugar do Outro” e reconhecer seu papel e responsabilidade perante o próximo. Primeiramente deve-se conceituar o que é o “outro”. Ricardo Timm elucida: “É a dimensão de des-neutralização eminente do Mesmo de si para si mesmo, em meio às suas razões e auto-justificações. [...] O Outro é o questionamento de toda boa consciência, a saída do ser em excesso e do excesso de ser: um melhor que ser” (SOUZA, 2009). É o sair da zona de conforto do “si mesmo”, não enquadrado pela ontologia.

Porém, o critério Altruístico foi o terceiro mais citado de forma geral e o segundo mais presente na Comunidade Geral, mas no sentido de permitir a venda do próprio rim perante a situação financeira. Isso não era o esperado, pois deveria a alteridade ter sido utilizada para refutar a proposta, e não para permitir o ato, claramente atentatório à condição humana e à essência do ser.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados nas Tabelas 5, 6 e 7, conclui-se que a opinião sobre o comércio de órgãos não tem associação com as variáveis grupo, presença de filhos, religião, idade, renda e número de filhos. Ou seja, não necessariamente os resultados apresentados são as opiniões da população da cidade de Maringá – Paraná. É importante novamente mencionar que a presença de valores faltantes em diversas variáveis e a baixa frequência esperadas em alguns níveis das variáveis influenciaram no resultado do teste de associação.

Contudo, entre os entrevistados constatou-se a tendência na aceitação do comércio de órgãos com relação à vulnerabilidade. Porém, a pesquisa identificou o pensamento de apenas uma parcela da população, motivando que outras investigações sejam realizadas até se chegar em um valor $-p$ menor que 0,05. Nota-se que a realidade política e econômica em que a mesma foi realizada encontra-se em crise, podendo ter influência direta ou não perante os entrevistados. Será que se a realidade fosse outra, em um país de primeiro mundo ou com uma boa qualidade de vida, as respostas aos questionamentos seriam diferentes?

²⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 67.

Salienta-se que, por mais que tenha se constatado a tendência, é inaceitável a compra e venda de órgãos, tecidos e partes do corpo de alguém. Isso porque defende-se que a dignidade da pessoa humana deva ser respeitada, ainda mais se envolver vulneráveis, que são as maiores vítimas desse ato, sendo considerados como tais por Nancy Scheper-Hughes os: refugiados políticos e econômicos, pobres, soldados ausentes do serviço sem permissão, desempregados, endividados, prostitutas envelhecidas, entre outros. Ainda, a ética da alteridade é também um dos motivos da negativa dessa legitimação, posto a responsabilidade por outrem ser uma consciência não impregnada na sociedade.

Ainda, não é a melhor resposta para a resolução da escassez de órgãos. A coisificação do homem não trará bons frutos à humanidade por relativizar o ser humano. Importante lembrar ainda que a resposta punitiva também não se caracteriza como a solução à extinção desse delito. O ideal seria uma política de incentivo à doação de órgãos, além de política pública de prevenção à saúde.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Da esperança aos dilemas: doação e comércio de órgãos humanos*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação* (online). Volume 18, n. 4, p. 13-15. Brasília: BCB, dezembro 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2016/12/ri201612P.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxas de Câmbio* (online). Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Salário mínimo nominal e necessário* (online). São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes – Julho/Setembro 2016* (online). Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201603caderno.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades: Maringá* (online). Maringá, 2017. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6C8>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PLANALTO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Michel Temer toma posse como presidente da República* (online). Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/08/michel-temer-toma-posse-como-presidente-da-republica>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

PREFEITURA DE MARINGÁ. *Nossa Cidade* (online). Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>>. Acesso em: 1 mar. 2017

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Íntegra da entrevista com a antropóloga Nancy Scheper-Hughes: o esquema de Israel* (online). Publicado em 5 dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT642472-1655,00.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SENADO FEDERAL. *Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil* (online). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

SOUZA, Ricardo Timm de. *Sentido e alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/sentidoealteridade/frame.html>>. Acesso em 06 ago. 2016.